ISSN: 2358-8829

RELAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO BASE PARA O ENFRETAMENTO DE INJUSTIÇAS: AS PERCEPÇÕES DOCENTES DE UMA ESCOLA DE CODÓ-MA

Allan Jobson Silva Reis [1]
Evelly Cristina Silva Pereira[2]
Iracinete Costa do Nascimento[3]
Luana Cristina Aguiar Silva [4]
Jose Carlos Aragão Silva[5]

INTRODUÇÃO

A discussão acerca dos Direitos Humanos no cenário educacional contemporâneo transcende a mera formalidade curricular; ela se estabelece como um pilar indispensável para a sustentação e o fortalecimento do regime democrático e para a consolidação da cidadania plena. No cenário brasileiro, a abordagem sobre Direitos Humanos no ambiente escolar estar solidamente estabelecida e salvaguardada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB (Lei nº 9.394/1996), a qual preconiza que o ensino deve ser ministrado com base em princípios como a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, além do respeito à liberdade e do apreço à tolerância. A inserção e o debate sistemático dessa temática no contexto das escolas públicas revelam-se de fundamental relevância para a formação cidadã, atuando de maneira direta e intencional na promoção de valores democráticos, na equidade social e no respeito mútuo à diversidade cultural, de gênero, étnico-racial e socioeconômica. Apesar do robusto

1 Graduando em Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, allan.jobson@discente.ufma.br;
2 Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, evelly.cristina@discente.ufma.br;
3 Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, iracinete.costa@discente.ufma.br;
4 Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, luana.cas@discente.ufma.br;
5 Doutor em História, Docente da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó – UFMA/CCCO, jose.aragao@ufma.b;

arcabouço normativo que ampara a Educação em Direitos Humanos (EDH) no país, a transposição desses preceitos legais para a prática pedagógica cotidiana das instituições de ensino básico ainda enfrenta um cenário complexo, marcado por desafios de ordem estrutural, conceitual e formativa.

Partindo desse pressuposto, o objetivo central deste trabalho **é** investigar detalhadamente como os professores da Unidade Integrada Municipal (U.I.M.) Renê Bayma, especificamente no anexo situado no povoado Km 17, no município de Codó, Maranhão, compreendem, abordam e desenvolvem conteúdos e práticas relacionados aos Direitos Humanos em sua atividade pedagógica cotidiana. Busca-se, por meio desta imersão empírica, compreender se a temática é trabalhada de forma transversal, se há barreiras ideológicas ou técnicas que impedem a sua fluidez e de que maneira a comunidade escolar reage às referidas abordagens. A síntese metodológica compreende uma pesquisa de campo de abordagem quantitativa e descritiva, operacionalizada por meio da aplicação de questionários estruturados junto ao corpo docente da referida instituição.

Metodologicamente, este trabalho configura-se como uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, caracterizada como um estudo de caso operado por meio de aplicação de questionários / realização de entrevistas junto aos docentes da instituição. A partir da análise empírica, o estudo defende a tese de que a inserção efetiva da Educação em Direitos Humanos na referida unidade demanda a superação do voluntariado pedagógico mediante a implementação de políticas públicas locais de formação continuada e fortalecimento comunitário. Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em três seções que discutem o arcabouço normativo da temática, a realidade do contexto investigado e a análise das percepções docentes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O cenário da pesquisa foi a Unidade Integrada Municipal (U.I.M.) Renê Bayma, mais especificamente o seu anexo localizado no povoado Km 17, uma comunidade rural pertencente ao município de Codó, situado na região leste do estado do Maranhão. A escolha por essa unidade escolar decorre de sua relevância social para a comunidade camponesa local, bem como pela necessidade de se investigar a aplicação de diretrizes nacionais de educação em contextos descentralizados e rurais.

O universo amostral foi composto pela totalidade dos professores que atuam no referido anexo da escola. Como instrumento essencial para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, contendo uma mescla articulada de questões fechadas (de múltipla escolha e escala) e abertas. O instrumento foi organizado em três blocos principais de investigação:

- Bloco I**:** O perfil formativo e a ocorrência de capacitações na temática;
- Bloco II**:** A frequência e as estratégias de abordagem dos Direitos Humanos em sala de aula;
- Bloco III: Os principais desafios, entraves e resistências identificados no cotidiano escolar.

A coleta de dados ocorreu de forma presencial no segundo semestre de 2026. Os questionários foram entregues aos docentes durante os momentos de planejamento pedagógico da unidade, garantindo que os profissionais tivessem tempo hábil para responder às indagações de forma consciente e fundamentada.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu rigorosamente os trâmites recomendados pelas diretrizes regulamentadoras de investigações científicas com seres humanos no país. Os docentes foram informados sobre o caráter voluntário de sua participação, garantindo-se o completo anonimato dos respondentes e o sigilo absoluto em relação aos dados individuais. Desse modo, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Garantiu-se, outrossim, o uso das informações institucionais para fins estritamente científicos e acadêmicos, sem ônus ou exposição da imagem da escola ou da rede municipal de ensino de Codó. Por fim, os dados quantitativos foram tabulados e organizados por meio de planilhas eletrônicas e analisados via estatística descritiva simples, sendo articulados qualitativamente com a fundamentação teórica revisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta investigação fundamenta-se nas principais discussões contemporâneas acerca da Educação em Direitos Humanos (EDH), mapeando sua trajetória histórica e normativa para situar a linha de raciocínio que orienta a análise das percepções docentes. Sob a ótica contemporânea, a EDH transcende a mera transmissão de conteúdos jurídicos positivados; ela constitui um processo permanente, sistemático e

multidimensional de formação de valores, atitudes e comportamentos orientados pela centralidade da dignidade humana e pelo enfrentamento ativo das injustiças sociais.

Historicamente, o marco referencial da EDH no cenário brasileiro ganhou contornos nítidos com o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2006, consolidando-se normativamente por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012. Conforme preconizam esses documentos norteadores, a EDH não deve ser tratada como uma disciplina isolada, mas sim como um princípio transversal que deve permear a cultura escolar, a organização institucional, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os materiais didáticos e, fundamentalmente, a formação dos profissionais da educação.

No campo da práxis pedagógica, a literatura especializada (CANDAU; SACAVINO, 2018) aponta a formação docente como o elemento catalisador de qualquer mudança paradigmática no ambiente escolar. Para que o professor atue como agente promotor dos Direitos Humanos e mediador no combate às desigualdades, faz-se necessária uma formação que rompa com o tecnicismo pedagógico tradicional. A prática educativa crítica exige uma postura reflexiva e profundamente ética, apta a identificar e desconstruir as micro violências, o racismo estrutural e os preconceitos que reproduzem a exclusão social e a injustiça no interior das salas de aula rurais e urbanas.

Ademais, a literatura científica contemporânea (BENEVIDES, 2007) adverte para o fenômeno da resistência cultural e ideológica às pautas de Direitos Humanos na sociedade atual. O conceito frequentemente sofre distorções interpretativas e capturas pelo senso comum, o que reverbera diretamente no cotidiano escolar e gera tensionamentos quando os docentes buscam trabalhar eixos urgentes como a diversidade de gênero, a pluralidade religiosa, os direitos camponeses e a igualdade racial.

Diante desse cenário de incompreensão e desinformação, a escola pública — em especial nos contextos descentralizados — assume a responsabilidade política de atuar como um espaço de letramento democrático. Assim, desmistificar preconceitos e conectar as garantias constitucionais às vivências práticas dos estudantes e de suas famílias torna-se o caminho fundamental para converter a EDH em uma ferramenta de emancipação social e de enfrentamento às injustiças históricas que atravessam as comunidades escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados empíricos coletados junto aos professores da U.I.M. Renê Bayma do povoado Km 17, revelou um panorama complexo e significativo sobre a práxis pedagógica da Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto rural de Codó-MA. Os achados foram organizados em três categorias analíticas fundamentais e sistematizados à luz do aporte teórico examinado.

Categoria I: Frequência e Transversalidade da Abordagem da EDH

A primeira categoria analítica investigou a frequência da abordagem pedagógica dos Direitos Humanos nas salas de aula da instituição. Constatou-se que 71,43% dos docentes afirmaram trabalhar de forma contínua com a temática, enquanto 28,57% indicaram que desenvolvem conteúdos correlatos apenas "às vezes".

Estes dados demonstram que, do ponto de vista do interesse e da intenção pedagógica individual, a totalidade do corpo docente reconhece a relevância do tema. Contudo, a presença de quase um terço (28,57%) de profissionais que desenvolvem a pauta de maneira esporádica acende um sinal de alerta. Essa evidência sugere que a inserção da temática ocorre, muitas vezes, de forma assistemática, fragmentada ou dependente de efemérides do calendário escolar (como o Dia da Consciência Negra ou o Dia Mundial dos Direitos Humanos). Consequentemente, rompe-se com o caráter transversal e permanente preconizado pelas Diretrizes Nacionais de 2012.

Categoria II: O Vazio Formativo Institucional

A segunda categoria buscou avaliar o suporte formativo recebido pelos educadores para a mediação desses conteúdos complexos. Quando questionados sobre a realização de formação específica (seja inicial ou continuada) voltada à EDH, os resultados descortinaram um grave hiato institucional: 66,67% dos professores afirmaram categoricamente nunca ter recebido qualquer tipo de capacitação na temática ao longo de suas trajetórias profissionais.

Este achado empírico expõe uma contradição pedagógica severa: exige-se que a escola atue no enfrentamento das injustiças e forme cidadãos críticos, porém nega-se aos professores as ferramentas conceituais e metodológicas necessárias para conduzir esse processo. Conforme advertem Candau e Sacavino (2018), a ausência de capacitação gera insegurança teórica e metodológica. Esse esvaziamento técnico faz com que muitos docentes evitem debates profundos por receio de retaliações ou por não possuírem subsídios para mediar conflitos ideológicos em sala de aula.

Categoria III: A Dimensão Coletiva e a Cultura Escolar

A terceira categoria de análise voltou-se para a dimensão institucional-coletiva, questionando se a unidade de ensino desenvolvia algum projeto pedagógico articulado de EDH. Nesse quesito, 71,43% dos professores responderam negativamente, explicitando que a escola não possui e não desenvolve nenhum projeto institucional estruturado nessa direção.

A ausência de projetos coletivos corrobora a percepção de que a EDH na referida comunidade se sustenta de maneira quase exclusiva no voluntariado e no esforço isolado de cada professor. Sem uma ação institucional orgânica, as práticas perdem força política, não geram o impacto cultural desejado na comunidade camponesa e tendem à descontinuidade face à rotatividade natural do corpo docente.

Para melhor compreender a tessitura dos desafios enfrentados no cotidiano escolar do povoado Km 17, os principais obstáculos apontados pelos profissionais foram tabulados e ordenados por relevância na Tabela 1.

Tabela 1 – *Principais entraves identificados pelos docentes para o desenvolvimento da EDH na U.I.M. Renê Bayma (Anexo Km 17)*

Categorias de Entraves Identificadas	Percentual (%)
Falta de formação continuada e capacitação docente	38,46%
Resistência cultural e ideológica da comunidade escolar	23,08%
Escassez e inadequação de material didático específico	23,08%
Outros fatores de ordem estrutural e institucional	15,38%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2026).

A leitura analítica da Tabela 1 permite constatar que o nó crítico central da problemática reside na "falta de formação docente", acumulando 38,46% das menções. O professor percebe a sua própria lacuna formativa e a identifica como o principal fator limitador para uma atuação mais incisiva, crítica e transformadora.

Paralelamente, a "resistência da comunidade escolar" e a "falta de material didático" emergem emparelhadas com 23,08% das respostas cada. A resistência da comunidade escolar indica que o ambiente rural e tradicional do povoado muitas vezes reproduz distorções do senso comum sobre as pautas de Direitos Humanos, frequentemente capturadas por polarizações ideológicas, como bem sinaliza Benevides (2007). Esse entrave demonstra que a escola camponesa não pode trabalhar a EDH de portas fechadas;

ela necessita trazer as famílias para o debate, demonstrando que os Direitos Humanos salvaguardam a dignidade do sujeito do campo, garantindo-lhes o acesso à saúde, à terra, à educação de qualidade e à proteção social.

Por fim, a escassez de material didático (23,08%) ressalta a negligência das instâncias de gestão educacional na produção e distribuição de insumos pedagógicos que abordem a transversalidade dos Direitos Humanos de forma contextualizada à realidade regional do interior maranhense. Os professores veem-se compelidos a autoproduzir seus materiais, demandando tempo e recursos financeiros próprios. Essa cartografia das vulnerabilidades do sistema educacional público em suas bases municipais evidencia que, para a EDH consolidar-se como ferramenta de enfrentamento das injustiças, urge ir além da prescrição legal, garantindo fomento estrutural, material e formativo aos professores que atuam nas periferias e zonas rurais do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada junto aos professores da U.I.M. Renê Bayma, no anexo do povoado Km 17 em Codó-MA, revelou que, a despeito do severo cenário de entraves e carências estruturais, manifesta-se um horizonte pedagógico altamente promissor e favorável para a inserção definitiva da Educação em Direitos Humanos (EDH). Esse cenário positivo decorre diretamente do compromisso ético individual demonstrado pelos docentes, em que a esmagadora maioria busca, ativamente, transpor a temática para o cotidiano de suas salas de aula.

Contudo, a pesquisa evidenciou com nitidez científica que o voluntariado docente, por si só, é insuficiente para consolidar uma cultura escolar pautada nos Direitos Humanos. Para que ocorra uma mudança estrutural e qualitativa, faz-se imperioso investir de forma massiva e planejada em programas de formação continuada para os professores, na reformulação dos planejamentos pedagógicos coletivos e no desenho de ações institucionais perenes que envolvam toda a comunidade escolar. A erradicação do déficit formativo verificado (em que 66,67% dos docentes nunca receberam capacitação) é o primeiro e mais urgente passo para conferir segurança conceitual e metodológica aos educadores.

Diante do exposto, ressalta-se a necessidade vital de novas investigações científicas nesse campo de atuação, bem como de diálogos estreitos com as análises referidas ao longo deste estudo. Recomenda-se, enfaticamente, o desenvolvimento e a

execução de políticas públicas educacionais coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação de Codó que incentivem a formação crítica e cidadã dos estudantes, aliada à distribuição de materiais didáticos apropriados à realidade local.

Da mesma forma, as futuras ações governamentais e pedagógicas devem priorizar estratégias de mediação e diálogo para mitigar a resistência da comunidade externa, inserindo as famílias na construção de uma cultura de Direitos Humanos que seja, de fato, efetiva, integradora e socialmente transformadora no ambiente escolar rural.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Percepções Docentes; Formação Continuada; Educação do Campo; Codó-MA.

AGRADECIMENTOS (Opcional)

Os autores expressam seus sinceros agradecimentos à direção da Unidade Integrada Municipal (U.I.M.) Renê Bayma e, de modo muito especial, a todos os professores do anexo do povoado Km 17, que disponibilizaram seu tempo e partilharam suas valiosas experiências profissionais durante a realização desta pesquisa de campo. Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração e a confiança depositada pelo corpo docente na seriedade desta investigação científica.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização:** múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 05 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 3-25, 2019.

ISSN: 2358-8829